

O ESTADO OLIGÁRQUICO NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XIX E A CRISE DEMOCRÁTICA DO SÉCULO XX - um estudo comparativo

Raul Carneiro Filho ¹

Revista
Científica
Fagoc

ISSN: 2525-488X

Multi
disciplinar

RESUMO

A intenção do presente texto é discutir a situação da América Latina nos últimos 30 anos, através de uma perspectiva de referencial bibliográfico comparado. As leituras efetuadas a partir do seminário “Política e Sociedad em las encrucijadas de América Latina”. Buscou-se relacionar o tema com elementos históricos, sociais e políticos um pouco mais contemporâneos. Percebeu-se durante a construção deste que pouco alternou o conjunto de forças entre diferentes agentes sociais frente ao Estado, desde as oligarquias até a crise da democracia ² na região, mais efetiva na segunda metade dos anos 1980. Para tanto, destacaremos uma análise básica e geral das características que moldaram historicamente na tentativa de descobrir estreitas ligações das distintas épocas. As últimas três décadas na América Latina foram marcadas por mobilizações populares contra governantes que alternaram o poder basicamente com ideais neoliberais, o que proporcionou alguns golpes de Estado – derrubando presidentes eleitos pelo voto popular. Uma caracterização desse processo feita por alguns analistas é vista como uma “instabilidade democrática”.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Movimentos populares. Oligarquias. Democracia.

INTRODUÇÃO

Há certas nomenclaturas que nos habituamos a ouvir e falar. Repetimos desde os primeiros tempos de escolarização. Um exemplo claro – e que é o tema deste trabalho – é a expressão “América Latina”. Inicialmente, para muitos, soa como outro nome para América do Sul. Na verdade, a América dita “Latina” possui uma identidade cultural diversa e difusa. Por muitos é estereotipada e para outros faz parte de um terceiro mundo que, até a segunda metade do século XX, não representava muito do cenário geopolítico interacional.

Entretanto, as palavras e os rótulos não representam somente ideias ou códigos, mas trazem em si um significado que pode ser ou não a realidade. Quando dissemos América Latina, contextualizamos que nela vive uma população multinacional. Essa parte do continente, do México à Argentina, foi colonizada por Espanha e Portugal, nações latinas que compartilham aspectos culturais semelhantes, dos quais o mais significativo é o idioma originário do Latim. Mas até que ponto esses rótulos possuem alguma verdade histórica?

Vinte países formam a América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (INFOESCOLA, 2015). Existem territórios que não são independentes, portanto não podem ser considerados países, mas, ainda assim, latinos.

1 Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC.
E-mail: raulcarneirofilho@fagoc.br

2 Termo citado em “América Latina: crise democrática ou do modelo oligárquico?” de Frederico José Falcão.

Reunir duas dezenas de países e colocá-los sob um olhar somente é rotulá-los sob a ótica equivocada de que todos os latino-americanos são iguais³.

Mas será que compartilhamos tal identidade? Talvez a resposta seja negativa. O que têm em comum o Brasil e o Peru? Tais países fizeram parte de colonizadores diferentes, seus imigrantes vieram de variados lugares do planeta, seus “ameríndios”⁴ pertenciam a etnias diversas. Peruanos e brasileiros sequer falam a mesma língua. Mesmo assim, a falsa ideia de uma “América Latina” homogênea continua forte, embora venha se enfraquecendo à medida que as democracias da região se consolidam.

A desconstrução dessa equivalência é o ponto de partida deste trabalho. Pensamos que a ideia de um “bloco latino-americano” é interessante politicamente. Oferece uma ideia de identidade, de oposição à hegemonia ao primeiro mundo, principalmente ao bloco estadunidense e europeu ocidental. Alguns líderes políticos chegaram a levar a sério a ilusão, como o revolucionário Che Guevara, que, vitorioso em Cuba, foi para outros países propagar a revolução, perfeitamente convencido de que cubano e boliviano, por exemplo, eram semelhantes. Não eram. Não são. Para muitos europeus e norte-americanos, igualmente, a ficção de uma homogênea América Latina “é uma solução conveniente para extirpar estes países terceiro-mundistas do Bloco Ocidental, que assim pode apresentar-se ao mundo como contendo apenas países desenvolvidos” (PEDROMUNDIM, 2015).

Dessa forma, buscaremos recortar uma breve história do tempo, relacioná-la com fatos históricos e versões desses fatos para desenhar um cenário geopolítico da América Latina, utilizando o estudo das oligarquias, das revoluções, dos movimentos populares e da recente democratização do subcontinente.

AMÉRICA LATINA E SUAS ENCRUZILHADAS

A América Latina tem sua história ligada ao processo de colonização europeu. Porém, antes disto, a colonização da América iniciou-se com os povos indígenas. Durante anos, desenvolveram-se civilizações por todo o continente: maias, astecas e incas são exemplos. A colonização europeia na América começou com a chegada de Cristóvão Colombo em 1492. Colombo procurava um novo caminho para as Índias e morreu pensando que o havia encontrado. A rota marítima para a Índia era a fonte da seda e das especiarias, produtos que tinham um grande valor na Europa. Ao navegarem para oeste – evidente... – encontraram a América. Nessa fase, a colonização deu-se sob a forma da exploração, na qual os países ibéricos (Portugal e Espanha) tiveram maior importância. A decadência desses países colonizadores coincidiu, no século XIX, com a ascensão dos oligarcas, os quais iniciaram diversos processos de independência que se sucederiam nessa região (CHAUNU, 1976).

AS OLIGARQUIAS LATINO-AMERICANAS

Oligarquia é a forma de governo de poucos. O poder político concentrado nas mãos de uma pessoa, clã ou correligionários. É caracterizada, principalmente pelo controle socioeconômico e político do território (SOARES, 2010). Cláudia Wasserman (1992) define o Estado Oligárquico como a expressão político-administrativa de um modelo econômico de acumulação capitalista via setor primário-exportador, cujas principais características políticas são: a hipertrofia do aparato repressivo do Estado; a exclusão da maioria da população dos órgãos de decisão; a eliminação dos elementos democráticos-burgueses que se levantassem como alternativa progressista do desenvolvimento do capitalismo; a intervenção política direta ou indireta do capital monopólico imperialista; a representação apenas os interesses do setor primário da economia e dos agentes do capital monopólico.

3 É nisso que acreditam os norte-americanos, que chamam de latino a qualquer indivíduo que vem do sul do Texas. (nota do autor)

4 Referência utilizada para identificar povos nativos da América antes da chegada dos europeus. (nota da autor)

A América Latina tornou-se um vasto campo para implantação, conservação e declínio de diversas oligarquias. O governo de poucos, sugerido pela expressão “oligarquia” remete a privilégios, poder militar e, principalmente, a juízo, seja ele de valor moral ou legal. De acordo com discussões e leituras durante o seminário “Política e Sociedad em las encrucijadas de América Latina”, no período de 1870 a 1880 não havia o conceito de país estável politicamente.

Governo Oligárquico Mexicano - Chefiado por José de La Cruz Porfirio Díaz Mory – “O Porfiriato”, era baseado em desigualdades sociais. Porfirio Díaz governou por mais de 30 anos e seu governo foi recheado por eleições fraudulentas, perseguição a opositores e benefícios às elites (BETHRLL, 2002). É de Porfirio Díaz a frase: “Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”.

Governo Oligárquico Peruano - Em 1879, o Peru enfrentou uma guerra contra o Chile, denominada “Guerra do Pacífico”, que durou de 1879 a 1883, da qual o país saiu derrotado. Entretanto, a crise gerada pela guerra abriu o caminho para a modernização econômica. Uma nova elite surgiu para formar uma poderosa oligarquia, controlada pelo Partido Civilista, que assumiu o controle do novo Estado (BETHELL, 2002). O Peru dos tempos da “República Aristocrática” era uma sociedade em grande medida pré-capitalista, na qual o poder se exercia pela força e violência. Era necessário manter a submissão das classes populares, excluídas de qualquer poder político. O consenso entre dominantes e dominados era restrito a Igreja Católica (CARDOSO, 2014).

Governo Oligárquico Argentino - Seguia a modelo econômico exportador - carne, principalmente. Alguns autores citam tal período como “movimento operário”, “ploriferação de protestos sociais”, “o surgimento da União Cívica”, “o período de poder de Yrigoyen e as Reformas, “Golpes de Estado”, “Autoritarismo”. “Montoneros”. Com Roca presidente, a Argentina começa um período de estabilidade constitucional e política, e de certa a prosperidade econômica.

“Paz e Progresso” era seu lema, uma vez que era necessário uma ordem interna para alcançar o crescimento econômico. O novo regime político obedeceu a ideias liberais, em que as pessoas têm liberdades civis, mas são excluídas do setor político, e reservado apenas para as pessoas mais próximas a Roca (BOTELHO, s.d.).

Esses líderes pertenciam a uma elite tradicional de proprietários de terras e donos dos modos de produção. O partido político dessa elite ficou conhecido como o PAN, contudo não era realmente um partido político democrático por definição, e sim uma base para Roca governar. Esses políticos usaram todos os tipos de armas à sua disposição para controlar o poder e dominar as pessoas, seja através de suborno, com presentes, recompensas, relações familiares, etc.; por outro lado, as pessoas não estavam organizadas para criar forte oposição.

Nesse sistema de representantes, a eleição poderia ser mantida até a primeira crise econômica de 1890, quando as pessoas começaram a questionar esse tipo de prática fraudulenta, reivindicando leis exigindo a democratização da vida política.

Houve algumas reformas importantes no governo de Julio A. Roca, as quais foram citadas no seminário: reforma monetária; Serviço Militar obrigatório; Lei de Educação Comum (ensino gratuito, obrigatório para todos argentinos entre de 6 e 14 anos); Lei de Registro Civil.

Entretanto, a exemplo de México e Peru, a elite argentina era formada pelas famílias mais ricas, proprietárias de terras, e crescia economicamente graças à exportação. Uma grande massa de habitantes pertencia à classe trabalhadora. O período 1880-1916 da Argentina pode definir-se como o “Período da oligarquia Buenos Aires”.

Começa-se a caracterizar a “Geração de ‘80”, que consiste de um conjunto de homens (minoria oligárquica) que estavam encarregados de dirigir o país sem mesquinhar seus esforços na prossecução a tarefa de progresso indefinido, totalmente convencido, mas com a condição humilhante de se subordinar aos interesses

estrangeiros, principalmente ingleses (BOTELHO, s.d.). Esse período, compreendido entre 1880 e 1916, representou um rápido crescimento econômico, populacional e cultural, e a Argentina ficou conhecida como República Conservadora ou Ordem Conservadora. Segundo Luna (2004), as classes sociais formaram três grupos e criaram uma classificação:

a) La élite porteña, formada pelas famílias mais ricas, algo em torno de 400 famílias; os proprietários de todas as principais áreas da província, cada vez mais endinheirados graças à exportação de produtos agrícolas, detinham o poder político.

b) La clase media, formada por profissionais, funcionários, professores, comerciantes e transportadores médios.

c) La clase obrera: uma grande massa de trabalhadores como modistas, costureiros, alfaiates, padeiros, relojoeiros, marceneiros, carpinteiros, pedreiros, geralmente ligados a um comércio. Havia também os estivadores portuários, trabalhadores de frigoríficos, ferroviários e outros.

OS ESTADOS OLIGÁRQUICOS E A CRISE DEMOCRÁTICA SO SÉCULO XX

O fortalecimento do poder oligárquico acentua-se quando as elites locais ganham espaço no domínio do sistema econômico e político. O fim dos estados coloniais cria uma nova força: o caudilhismo, elemento proveniente das oligarquias, que se distinguem basicamente em outros nomes, outros líderes. As bases das oligarquias e suas decadências são semelhantes.

No México, as oligarquias locais não entraram em acordo sobre a divisão política do Estado. Na Argentina, as exportações cresceram enormemente, e a cultura de cereais e a pecuária receberam investimentos do Estado, dos latifundiários e do capital internacional. A mão de obra era formada por imigrantes europeus contratados como trabalhadores assalariados.

No Peru, exportação agrícola foi a base do desenvolvimento capitalista, mas sempre

alicerçada nos proprietários de terra. A América Latina, com algumas exceções, viveu um processo pós-independência, no qual se manifestaram características que acabaram por estandalizar uma norma, um formato para escrever sua história futura.

Um desses modelos poderia ser o modelo colonial socioeconômico: o latifúndio e a exploração do trabalho, além da expropriação das terras indígenas e a utilização dessa mão de obra, cada vez mais aculturada, quase em um regime escravocrata. Outro molde seria a dependência de potências capitalistas, com destaque para a Inglaterra, até o primeiro quarto do século XX, e os EUA desde então.

O resultado disso está nos livros atuais de História: instabilidade política e grandes lideranças locais (populismo). Esse quadro começou a sofrer a interferência direta do novo ator político que se fortaleceu, principalmente nos anos pós-guerra: os Estados Unidos da América. O intervencionismo militar e político tornou-se clichê, submetendo países a políticas de interesse econômico, bélico e político oriundos da “Casa Branca”. São raros os casos e/ou estudos científicos sobre políticas públicas de melhoria das condições socioeconômicas ou o fortalecimento da democracia.

“Do Big Stick do primeiro Roosevelt à ‘diplomacia do dólar’, da Emenda Platt à intervenção militar durante a Revolução Mexicana, os governos americanos (EUA) se fartaram em estimular golpes e ditaduras, sustentáculos das empresas “bananeiras” como a United Fruit, dentre outras” (GALEANO, 1978).

A exclusão socioeconômica, acompanhada da lembrança de regimes oligárquicos, golpes de Estado, períodos de censura e proibição de manifestação política foram uma constante a época. Durante a crise na Europa, alguma modificação no quadro das relações entre os Estados Unidos e a América Latina foi percebido, quando vigorou a chamada “Política da Boa Vizinhança” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2014).

Tal política era a contrapartida da

simpatia demonstrada por alguns governos latino-americanos por governos e políticos autoritários – o fascismo ⁵, por exemplo, que se estabelecia em partes da Europa. Ações como o assassinato de Augusto César Sandino e a implantação da ditadura na Nicarágua buscavam evitar a expansão das ideias socialistas e comunistas.

As crises econômicas, disparadas pelo endividamento interno e externo e o protecionismo, articuladas a outros fatores com a afirmação crescente de setores sociais urbanos (BOTELHO, s.d.), da burguesia urbana à classe operária, abriu espaço para um fenômeno denominado por muitos como “populismo”. Sem entrar na discussão sobre o tema, dada a sua vasta interpretação, podem-se notar novas exigências das classes sociais de países da região com alguma industrialização, crescente urbanização e mudanças na economia e no papel do Estado, divergindo radicalmente do antigo sistema de poder oligárquico.

A CRISE DAS DITADURAS

A crise desse “modelo” de dominação na América Latina deveu-se a fatores externos e internos ou, até, capitalistas e comunistas. A crise do capitalismo mundial de 1973 – a crise do petróleo ⁶, pelos problemas na distribuição do petróleo, gerou uma desestabilização econômica dos países não produtores e importadores, que acabou por endividar diversos deles. Sob outro

Movimento político e filosófico ou regime (como o estabelecido por Benito Mussolini na Itália, em 1922), que faz prevalecer os conceitos de nação e raça sobre os valores individuais e que é representado por um governo autocrático, centralizado na figura de um ditador.

O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973, quando os países do Oriente Médio descobriram que o petróleo é um bem não-renovável e que, por isso, iria acabar algum dia. Os produtores então diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. As vendas para os EUA e a Europa também foram embargadas nessa época devido ao apoio dado Israel na Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão). Com isso, as cotações chegaram a um valor equivalente a US\$ 40 nos dias de hoje. (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque1.shtml>. Acesso em: ago. 2014).

olhar, diferente mas complementar, a Guerra Fria⁷ alcança seu pico.

Exceto por alguns poucos fatores absolutamente pontuais e locais, como a Guerra das Malvinas ⁸, pode-se dizer que os problemas econômicos – inflação e perdas salariais – associados à falta de liberdades provocaram uma onda de desejo por democracia que levaram crescentes parcelas de populações de países latinos americanos – Brasil e Argentina, inclusive – a se organizarem e articularem manifestações políticas para quebrar ou abrandar o predomínio do poder das ex-colônias do século XIX e as potências do século XX, em especial EUA e Inglaterra.

Em sua maior parcela pacífica e de impacto social, citamos como exemplo de mobilização “As Mães da Praça de Maio” e a “Campanha pelas Diretas Já”, na Argentina e no Brasil, respectivamente.

E se o mundo sobrevive, os professores de história explicarão o século XX através de seus símbolos: mostrarão a seus alunos a garrafa de Coca Cola, a bola de futebol, o televisor, o computador, a bomba de nêutron. E para explicar a dignidade, mostrarão o branco das rondas de Plaza de Mayo. (GALEANO, 1978)¹

1 A praça da memória: o cenário das Madres de Plaza de Mayo, de Maria Fernanda Garbero de Aragão Ponzio.

7 A Guerra Fria, que teve seu início logo após a Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991) é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, disputando a hegemonia política, econômica e militar no mundo. (Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafria/>>. Acesso em: ago. 2015).

8 Um dos últimos resquícios dos tempos imperiais britânicos são as Ilhas Malvinas (Falkland), Geórgia e Sandwich do Sul, um arquipélago perdido no Atlântico Sul, com algumas centenas de criadores de ovelhas, a cerca de 13 mil quilômetros de distância de Londres. No dia 2 de abril de 1982, soldados argentinos dominaram a pequena guarnição britânica nas Malvinas. Era a tentativa do regime militar de desviar a atenção da população da grave crise econômica e unir a nação por meio de um ato patriótico. Inicialmente, os generais pareciam ter atingido os objetivos militar e político – os sindicatos chegaram a suspender uma greve geral contra a Junta Militar. (Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br>>. Acesso em: ago. 2014).

Se o povo nas ruas não derrubou imediatamente a ditadura, pelo menos apressou seu fim. Ao eleger um presidente civil no mesmo Colégio Eleitoral que “aclamava” os generais, forçou a convocação da Constituinte e, sete anos depois, estaria de pé e firme para exigir o primeiro impeachment de um presidente democraticamente eleito, derrubado em uma época em que a ética na política tinha forte apelo político e popular. A campanha das Diretas sepultou o Colégio Eleitoral, afastou os militares da política e, depois das ruínas experiências de José Sarney e Fernando Collor, abriu caminho para a esquerda, em duas linhagens de DNA muito semelhantes, chegar ao poder e nele permanecer em igual período ao regime de 1964. Mas pelo voto direto. QUADRO, 2014).

Como exceção das mobilizações sociais e pacíficas, poderíamos citar algumas ações armadas contrárias aos regimes: Tupamaros (Uruguai), Sendero (Peru), Sandinistas (Nicarágua), MR8 (Brasil); contudo, basicamente a transição foi pacífica e os regimes de força, filhotes que são das oligarquias oitocentistas, sofreram fortes pressões por mudanças e mudaram. Ruíram.

Ruíram politicamente, mas deixaram suas marcas econômicas em diversos países. Toda ruptura veio acompanhada de um modelo econômico antiquado e excludente, e os ganhos em termos de direitos civis e políticos não tiveram a compensação. Economias marcadas por colossais inflações – de até três dígitos, dívidas externas impagáveis, planos econômicos “milagrosos”⁹, acompanhados de confiscos de dinheiro e a graves desigualdades transparecidas. Tais fatos

9 Sexta-feira, 16 de março de 1990, feriado bancário. Um dia após tomar posse como o primeiro presidente eleito no país de forma direta após quase 30 anos, Fernando Collor de Mello anunciou um pacote radical de medidas econômicas, incluindo o confisco dos depósitos bancários e das até então intocáveis cadernetas de poupança dos brasileiros. (...) A população reagiu com perplexidade ao bloqueio do dinheiro. Ao fim do feriado bancário de três dias, longas filas se formaram nas agências, e os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. O Plano Collor determinou que os saques na caderneta ou conta corrente estavam limitados a NCZ\$ 50 mil. O restante ficaria retido por 18 meses, com correção e 6% de juros ao ano. Disponível em: <acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/plano-collor>. Acesso em: ago. 2015.

desenharam a conjuntura contemporânea das grandes cidades com habitações precárias, partidos políticos corporativos, exportação de commodities, importação de manufaturas, distribuição de renda fora de políticas públicas, mesmo salientando a abertura democrática e o real Estado de Direito estabelecido.

A transformação e a alteração de diversos regimes ditatoriais na América Latina se deu em um momento de agravamento de crise econômica. Seus efeitos recaíram principalmente sobre as populações mais carentes. Entretanto a “saída” apresentada por governos que os substituíram eram das mais diversas tendências:

Em diferentes países (peronismo, na Argentina, social-democracia na Venezuela, dentre outros), foi a utilização da cartilha neoliberal receitada por governos de países cêntricos ou por organismos internacionais como o Fundo Monetário Nacional (FMI) ou o Banco Mundial (BM). A implantação de tais políticas resultou em um somatório de retiradas de direitos históricos dos trabalhadores, pilhagens de bens públicos, destruição da capacidade de controle do Estado sobre as ações das grandes empresas capitalistas, e, ao contrário do que previam os ideólogos do “pensamento único”, agravamento dos problemas econômicos e da desigualdade social. Tal quadro disseminou-se por toda a latino-américa. (AMOROSO, 2014).

Na política, os regimes oligárquicos representados semióticamente pelos surgidos na superação das ditaduras mantiveram um quadro que associava o controle das massas – através da censura e da coerção – utilizando-se de processos eleitorais sabotados sem espaços para modificações sugeridas pelas oposições organizadas. O agravamento desses problemas gerou mobilizações. Ocorreram derrubadas sucessivas de governantes em países como a Venezuela (Perez), no Brasil (Collor), no Peru (Fujimori), além de uma sequência de golpes de

estado na Bolívia¹⁰, Equador¹¹ e Argentina¹².

A crise das formas tradicionais de dominação oligárquica e repressiva (ditatorial) e os sucessivos golpes de estado abriram espaço para o surgimento de lideranças políticas com uma retórica popular e populista e de tendência à esquerda: moderados como o Brasil de Lula¹³; Vasquez, no Uruguai; e até Kirchner, na Argentina,

10 Desde 1825, quando se tornou independente e deixou de se chamar “Alto Peru”, a Bolívia sofreu tantos golpes de Estado que virou recordista no assunto. “Foram por volta de 150 tomadas de poder não constitucionais”, diz Carlos Toranzo, diretor da sede boliviana do Instituto Latino-Americano de Ciências Sociais. É como se um novo cidadão ganhasse a faixa presidencial a cada 14 meses. Os presidentes começaram a cair poucos anos depois que o país nasceu. Entre 1978 e 1982, nove cidadãos subiram e desceram do poder. (GUIA..., 2015).

11 Nas manifestações populares de grupos indígenas de 21 de janeiro de 2000 em Quito, o exército e a polícia se recusaram reprimir os manifestantes e em seguida a Assembleia Nacional Constituinte, num golpe de estado semelhante aos muitos já ocorridos no Equador. O presidente Mahuad foi forçado a fugir do palácio presidencial, encarregando, por decreto, o seu Vice-presidente Gustavo Noboa como responsável pela administração. Na manhã seguinte, Mahuad endossou Noboa como seu sucessor por uma rede nacional de televisão e o triunvirato militar, que efetivamente já dirigia o país. Em 15 de janeiro de 2003, o Coronel aposentado Lucio Gutiérrez, membro da junta militar que subverteu presidente Jamil Mahuad em 2000, assumiu a presidência do Equador. (ADES; GRAHAM, 2010)

12 Na Argentina ocorreram seis golpes de estado no século XX: 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. Nos anos que transcorreram desde o primeiro golpe de estado em 1930 até cair a ditadura em 1983, os militares governaram 25 anos. Nesse período as experiências de governo eleitas democraticamente (radicais, peronistas e progressistas) foram interrompidas por golpes de estado (do autor).

13 Após 22 anos de existência do partido, três derrotas e oito anos de oposição quase sistemática a Fernando Henrique Cardoso, o ex-torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 57, chega à Presidência da República. Lula venceu o economista José Serra, 60, candidato oficial, duas vezes ministro de FHC e uma das principais lideranças do PSDB. Lula é o primeiro líder de um partido de esquerda eleito presidente e, no cargo, o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco a exercê-lo como titular. Desde 1989, quando perdeu sua primeira eleição presidencial para Fernando Collor de Mello, o discurso, as propostas e, talvez, principalmente, a imagem do candidato e do partido vêm se tornando menos radical e mais próxima de setores mais ao centro.

em que pese Nestor não ter uma tradição de esquerda. Em outra vertente mais radical estariam Chávez, na Venezuela, e Morales, na citada e recordista de golpes Bolívia.

Essas lideranças usam os espaços institucionais para modificá-los (nova Constituição) e abrem, ao menos em parte, caminhos para a organização popular de base. Torna-se para uma crescente maioria, em especial, pobre, da população, a representação da democracia contra uma oposição golpista e articulada nos interesses estadunidenses, para os quais eles representam uma ameaça. (AMOROSO, 2014).

É oportuno salientar que, durante esse período, sobretudo da segunda metade do século XX em diante, o governo dos EUA não praticou qualquer ação de intervenção militar direta na região, fato que era comum em outras épocas, talvez pela maior preocupação com o Oriente Médio e seus reflexos. Retornando ao atual quadro latino-americano, podemos indagar se tais rupturas proporcionaram modificações que superassem o quadro de exclusão social existente até então.

O que a “crise da democracia” na região, associada a opositores da tradição oligárquica e do imperialismo poderia promover na América Latina? A resposta, analisando fatos passados, contém elementos como o crescimento dos movimentos populares, o que gera uma maior estabilidade democrática. Brasil, Argentina e Peru já vivem pleno – ou quase isso – estado democrático de direito. Os exemplos que ainda merecem maior estudo são Venezuela, Equador e Bolívia. Estes demandarão uma da mobilização e organização dos trabalhadores e do povo, de forma autônoma, pressionando seus governos na construção de um novo poder. Isso feito, esgotase o modelo de dominação oligárquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fato. Não há conflito quando há prosperidade. Os destinos mais factíveis da América Latina dependem do progresso e da consolidação da democracia. Em importantes países latino-americanos, a implantação de políticas neoliberais segue seu rumo, com maior ou menor velocidade. Brasil e México, pelo tamanho de suas economias, são exemplos disso.

Contudo, o resultado desse processo dependerá da capacidade dos movimentos populares – agora com o significativo apoio das redes sociais – dos países da região em assumirem uma postura firme de combate à corrupção e de fiscalização de eleições livres, impondo derrotas ao neoliberalismo capitalista ao extremo e liderando a construção de um novo modelo de governo participativo e menos desigual.

REFERÊNCIAS

- GUIDO ESTUDANTE. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/bolivia-pais-sofreu-mais-golpes-estado-433473.shtml>>, Acesso em: ago. 2015.
- INFOESCOLA. Disponível em: <www.infoescola.com>. Acesso em: ago. 2015.
- MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- PEDROMUNDIM. Disponível em: <<http://www.pedromundim.net/AmericaLatina.htm>>. Acesso em: ago. 2015.
- PONZIO Maria Fernanda Garbero de Aragão *A praça da memória: o cenário das Madres de Plaza de Mayo*. www.pgletras.uerj.br – acesso em agosto de 2015.
- QUADRO, Vasconcelos. Maior movimento popular da história do Brasil, *Diretas Já* completa 30 anos. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-01-24/maior-movimento-popular-da-historia-do-brasil-diretas-ja-completa-30-anos.html>>. Acesso em: ago. 2015.
- ROSENmann, Marcos R. *Neoliberalismo*. In: SADER, Emir (Coord.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ROSSI, Clóvis. *A contra-revolução na América Latina*. São Paulo: Atual, 1987.
- SOARES, Vera Teixeira. *Coronelismo e oligarquias – 1889-1934*. Editora Civilização Brasileira, 2010.
- WASSERMAN, Cláudia. *História contemporânea da América Latina 1900-1930*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- ANOS de incerteza (1930 - 1937) - a Política de boa vizinhança Fundação Getúlio Vargas. Acesso em: 27 jun. 2014.
- AMOROSO BOTELHO, J. C. A instabilidade democrática na América Latina do século XXI. Os casos da Argentina e Venezuela. Demos (Grupo de Estudos da Democracia e de Política Comparada) da PUC-SP.
- BAQUERO, Marcelo. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- CARDOSO, da Silva Cardoso. A construção do estado oligárquico na América Latina: México, Peru e Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2014.
- DABÉNE, Oliver. *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.